



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-202 /

1/5

MINUTA PADRÃO CONTRATO SERVIÇO CONTINUADO SEM MÃO DE OBRA
TERMO DE CONTRATO N.º /20 PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇO DE SISTEMA DE GESTÃO DE
SEGURANÇA, QUE FIRMAM A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º
GRAU NO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA
_____.

A Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro, com sede na Av. Almirante Barroso, 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ sob o nº 05.424.540/0001-16, neste ato representada pelo Juiz Federal – Diretor do Foro, na forma da legislação, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada neste ato pelo Sr(a). _____, identidade nº _____, CPF: _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o constante e decidido no referido Processo Administrativo, em consequência do Pregão Eletrônico nº /20, fundamentado na Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 1024/19, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, Lei nº 12.846/13, firmam o presente Contrato, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1- Prestação do serviço de manutenção preventiva trimestral e corretiva, com fornecimento de peças ao Sistema de Gestão de Segurança Corporativa Matrix V e fornecimento 2 (dois) leitores de cartão magnético, conforme Termo de Referência e Anexo do Edital do Pregão acima citado, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 - Os serviços deverão ser executados conforme especificado no Termo de Referência e seus Anexos;

2.2 - O início da execução dos serviços será de até **02 (dois) dias**, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento da Ordem de Serviço, que será encaminhada até o segundo dia útil seguinte à assinatura do Termo de Contrato pela Contratante. Os leitores deverão ser entregues e instalados em até **30 (trinta) dias**, contados do primeiro dia útil seguinte à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, § 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93;

2.3 – Os prazos para manutenção corretiva e preventiva serão de 45 e 15 dias, respectivamente, contados a partir do início da execução dos serviços;

2.4 - Os serviços deverão ser executados nos equipamentos discriminadas no item D 1, localizados nos endereços elencados no item D 3 I do Termo de Referência, e as visitas deverão ser previamente comunicadas por e-mail à Contratante;

2.5 - Todo o material, peças e componentes de reposição empregados nos serviços serão originais e novos, com garantia, em conformidade ao item D 3 II 4 do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos serviços objeto deste Contrato, o valor trimestral de R\$ _____, (_____), conforme tabela a seguir:

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 2788030.26310859-720 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2788030.26310859-720>



JFRJSEC202000007A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-202 /

2/5

Item	Local	Quantidade Trimestre	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
G1/1	Sede Almirante Barroso	4		
G1/2	Foro Rio Branco	4		
G1/3	Foro Venezuela	4		

3.2 - A Contratante pagará à Contratada pelo fornecimento e instalação dos leitores, o valor de R\$ [REDACTED] ([REDACTED]), conforme tabela a seguir:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
G1/4	Leitor de cartão magnético	2		

3.3 - O valor global deste Contrato é de R\$ [REDACTED] ([REDACTED]) computados todos os custos, inclusive tributos e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO:

4.1 – O pagamento à Contratada será efetivado trimestralmente por crédito em conta corrente, mediante ordem bancária, cuja data de emissão será considerada como data do pagamento, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo, salvo eventual atraso de distribuição de recursos financeiros efetuados pelo Conselho da Justiça Federal, decorrente de execução orçamentária sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições dos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e instruções normativas vigentes;

4.2 - Ficam determinadas neste Contrato as demais condições dispostas no item 13 do Edital do Pregão

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE:

5.1 - Será permitido o reajustamento do preço observado o interregno mínimo de 01 (um) ano a contar da data limite de apresentação da proposta, ou da concessão do último reajuste;

5.2 - Os valores contratados serão reajustados com base na variação do índice IPCA do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), através de solicitação da Contratada, desde que comprovada a adequação do novo valor aos preços praticados no mercado;

5.3 - Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão devidos a contar da data da solicitação da Contratada, aplicada a variação dos últimos 12 (doze) meses do pedido, observado o disposto no subitem 5.1;

5.4 - O reajuste poderá, ainda, ocorrer por iniciativa da Contratante, na hipótese de ser constatada variação dos preços de mercado que importem em redução dos custos dos serviços contratados;

5.5 - O reajustamento deverá ser pleiteado pela Contratada até a data da assinatura da prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 2788030.26310859-720 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2788030.26310859-720>



JFRJSECC202000007A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-202 /

3/5

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA:

6.1 - A vigência do presente Termo é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura pela Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo artigo 57, II da Lei 8.666/93;

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

7.1 - **Provisoriamente**, no ato da apresentação da nota fiscal/fatura correspondente aos serviços prestados no mês anterior, em conformidade com o item I do Termo de Referência;

7.2 - Definitivamente:

7.2.1 - Para o fornecimento: em até 05 (cinco) dias úteis, conforme estabelecido no item C.3 do Termo de Referência;

7.2.2 - Para a manutenção: em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, conforme item I do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 - As despesas decorrentes da contratação dos serviços correrão à conta dos recursos específicos consignados à Contratante no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:
Nota de Empenho:

CLÁUSULA NONA- DA GARANTIA CONTRATUAL:

9.1 - A Contratada prestará garantia contratual nos termos do art. 56, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, em até 15 (quinze) dias da assinatura pela Contratante;

9.2 - Caso a garantia contratual seja apresentada sob a forma de seguro-garantia ou fiança bancária, o documento pertinente deverá cobrir, durante o prazo de execução contratual, qualquer descumprimento por parte da Contratada, bem como que, no caso de rescisão do Contrato por motivo de inexecução, a Contratante terá o prazo de até 90 (noventa) dias da publicação da rescisão para acionar a garantia.

CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1 - A Contratada deverá, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), enquanto perdurar a situação emergencial de combate e prevenção ao contágio da COVID-19, fornecer a todos os empregados/colaboradores postos à disposição da execução do presente Contrato, todos os itens de proteção individual necessários à garantia de suas incolumidades, na forma das orientações e normativos expedidos pelo Ministério da Saúde, pela ANVISA e das demais normas específicas decretadas pelo Estado e Município;

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 2788030.26310859-720 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2788030.26310859-720>



JFRJSEC202000007A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-202 /

4/5

10.2 - Cumprir com as obrigações estipuladas no Termo de Referência do Edital do Pregão;

10.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão;

10.4 - Os funcionários da Contratada deverão estar devidamente identificados, sempre que se apresentarem nas dependências da Contratante;

10.5 - Responder por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados e por danos que estes provoquem à Justiça Federal ou a terceiros, não excluindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

10.6 - Assumir todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, civis ou penais, relacionados à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência, decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

11.2 - Rejeitar e exigir a substituição de qualquer material/serviço executado em desacordo com o Termo de Referência;

11.3 - Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1 - Aplica-se o disposto no art. 109 da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES:

14.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas no Edital do Pregão em tela sujeitá-la-á às penalidades dispostas nos item 12 do referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

15.1 - Fazem parte integrante do presente Termo de Contrato, independente de transcrição, os documentos a seguir discriminados:

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 2788030.26310859-720 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2788030.26310859-720>



JFRJSEC202000007A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-202 /

5/5

- a) Edital do Pregão nº /20 e seus anexos.
b) Proposta da Contratada apresentada em / /20 .

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser aditado nos termos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas;

16.2 - A inadimplência da Contratada, com referência a encargos sociais, comerciais e fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Contratante, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

16.3 - A Contratada poderá ser responsabilizada pelo pagamento, a título de indenização, da despesa com a publicação no Diário Oficial da União, nos casos de rescisão contratual unilateral e demais penalidades, de acordo com o parágrafo 1º do art.109 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 416 do Código Civil;

16.4 - É vedado à Contratada empregar cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive de ocupantes de funções de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados à Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO:

17.1 - O presente Contrato será publicado, pela Contratante, no Diário Oficial da União, na forma de extrato, de acordo com o que determina do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, e no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, consoante Portaria nº RJ-PGD-2010/00028 DE 10/03/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO:

18.1 - Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

E por estarem ajustadas, assinam as partes o Termo de Contrato.

Osair Victor de Oliveira Junior
Juiz Federal – Diretor do Foro
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO

Representante
EMPRESA

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 2788030.26310859-720 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2788030.26310859-720>



JFRJSEC202000007A